

JOGOS E ESTRATÉGIAS: O CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL NA DÉCADA DE 1970 E A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

GAMES AND STRATEGIES: THE BRAZILIAN FOOTBALL CHAMPIONSHIP IN THE 1970S AND A NATIONAL INTEGRATION POLICY

Patrícia Volk Schatz¹, Carlos José Espíndola¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

Correspondência para: Carlos José Espíndola (carlos.espindola@yahoo.com.br)

doi: 10.12957/geouerj.2016.19444

Recebido em: 30 out. 2015 | Aceito em: 2 mai. 2016



RESUMO

O futebol conheceu diferentes vias de introdução no Brasil e passou por um intenso processo de popularização ao longo do século XX, que o transformou em uma manifestação popular nacional. A capacidade de mobilização da prática atraiu interesses políticos diversos, incluindo a criação do Campeonato Brasileiro de clubes em 1971, com a pretensão de promover a integração do território nacional por meio do futebol. Esse artigo tem por objetivo discutir a importância estratégica do Campeonato Brasileiro na década de 1970 diante de medidas políticas pela integração nacional.

Palavras-chave: Futebol. Política. Território nacional. Integração. Manifestação popular.

ABSTRACT

Football had different entry routes in Brazil and underwent an intense process of popularization throughout the twentieth century until becoming a national popular demonstration. The football practice mobilization capacity attracted different political interests, including the creation of the Brazilian Clubs Championship in 1971, with the intention of promoting the national integration through that sport. Therefore, the present article aims to discuss the strategic importance of the Brazilian Championship in the 1970s about the political actions for national integration.

Keywords: Football. Politics. National territory. Integration. Popular demonstration.

INTRODUÇÃO

A ocupação do território é uma preocupação política dos Estados-Nações que perpassa por estratégias de integração, sejam elas econômicas, sociais ou culturais¹. O tema da integração nacional do território brasileiro foi objeto de estudo de vários autores, entre militares, geógrafos e historiadores, como Everardo Backheuser (1952), Mário Travassos (1938) e Bertha Becker (2010), entre outros. De maneira geral, as análises sobre a integração nacional relacionam-se a questões referentes à

¹ Contudo, cabe ressaltar que nas estratégias de integração encontram-se táticas do ponto de vista político, econômico e territorial. O caso emblemático é a Alemanha. Em outros casos, as estratégias podem ser políticas e territoriais, deixando aspectos econômicos em segundo plano, como é o caso histórico da Itália. Para uma análise dessa diferenciação ver: PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da geografia que se ensina à gênese e da geografia moderna. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1993.

geoeconomia e à geopolítica, de forma que as preocupações do Estado brasileiro concentraram-se historicamente entre a ocupação do território nacional e a integração político-econômica. Em que pese a importância dessas obras, há uma carência de trabalhos que tratem do papel do futebol como um promotor da integração e interiorização do território brasileiro.

O futebol superou a prática esportiva ou lúdica ao relacionar-se com a política, a economia e a sociedade brasileira, permitindo debates históricos importantes. O esporte bretão conheceu diferentes vias de introdução no país, conforme dimensões territoriais e de acordo com aspectos econômicos determinantes². Mascarenhas (2001), ao analisar a introdução do futebol no Rio Grande do Sul constata diferentes variáveis responsáveis pela dispersão da prática, como a presença de imigrantes e a influência da via platina, o que considera uma razão multiculturalista para o fenômeno. O Brasil, conforme suas dimensões continentais e diferenciações socioculturais, soma explicações particulares para a introdução do futebol e também em diversas propostas de utilização da prática, o que justifica a realização deste texto na investigação sobre as relações entre o futebol e a integração nacional.

O moderno futebol, de acordo com Giulianotti (2002), estabeleceu-se a partir de três possíveis variáveis: a nação, a localidade e a classe. Logo, clubes como o Botafogo de Futebol e Regatas, fundado em 1894, buscou homenagear o bairro homônimo ao clube, o Coritiba Football Club, de 1909, surgiu por conta da cidade de Curitiba e o Bangu Atlético Clube foi criado a partir de uma base fabril, entre muitos outros exemplos³.

² As relações entre a Inglaterra e o Brasil foram decisivas para que o futebol fosse adotado por uma elite de centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro e, também, para que os portos brasileiros recebessem trabalhadores ingleses praticantes do novo esporte. Imigrantes de outras nacionalidades, como italianos e alemães, também foram importantes para a difusão do futebol no Brasil. Também se pode citar a importância das escolas e instituições de ensino na propagação de novos hábitos esportivos. Santos Neto (2002) destaca o importante papel das escolas paulistas na difusão do futebol no Brasil e Gilmar Mascarenhas (2000) atenta para a necessidade de considerar o papel de educadores, marinheiros, trabalhadores ingleses, jovens vindos da Europa e padres na dispersão do futebol pelo Brasil.

³ O Sport Club Rio Grande foi fundado em 1900 na cidade de Rio Grande (RS) pela iniciativa de imigrantes alemães e ingleses, sendo considerado o mais antigo do país. No sudeste, a Associação Atlética Ponte Preta também foi criada em 1900, acompanhando a modernização da cidade de Campinas, em São Paulo. Em Recife, Pernambuco, em 1901 é criado o Clube Náutico Capibaribe, por meio da união de ingleses e alemães, de maneira que era popularmente conhecido como um “clube de ricos”. Em Belém, no estado do Pará, o crescimento urbano e o ciclo da borracha foram acompanhados pela fundação do Clube do Remo de Belém. Já no centro-oeste, há um processo tardio de criação de clubes de futebol com o Clube Esportivo Dom Bosco, fundado em 1925.

Enquanto clubes de futebol eram criados no Brasil, também eram articuladas as primeiras competições esportivas e eram organizadas entidades pioneiras na regulação do esporte. As instituições criadas para regulamentação do futebol estavam associadas a interesses regionais e diferentes concepções sociais, ou seja, as novas Ligas objetivavam manter as segregações entre os clubes de estirpe e os clubes populares que se multiplicavam. Segundo Santos (2011), os clubes de destaque se uniram em Ligas formando verdadeiros cartéis em que “necessitavam uns dos outros para a produção do espetáculo a ser comercializado ao público” (SANTOS, 2011, p. 30).

A Liga Paulista de Futebol (LPF), fundada em 1901, preservava valores elitistas e demonstrava intolerância social, enquanto que no Rio de Janeiro a Liga Metropolitana de Futebol, criada em 1905, contava com os clubes Bangu e América formados por trabalhadores fabris. Para Sarmiento (2006), a Liga Metropolitana antecipou o processo de popularização do futebol que se intensificaria a partir de 1910.

Ressalta-se que, quando o futebol conquistou o espaço das fábricas e popularizou-se no Brasil passou também a chamar a atenção dos grupos políticos dirigentes. A capacidade do esporte de mobilizar as massas era estrategicamente importante para a política governamental e as primeiras tentativas de apropriação sobre o futebol são observadas, principalmente com os objetivos de construir uma identidade nacional e promover a integração do Brasil.

No entanto, houve resistências na popularização do futebol, de maneira que os campeonatos estavam restritos ao comando de ligas locais incapazes de gerenciar e ordenar a prática. Nesse sentido, Hilário Júnior destaca que:

De forma semelhante ao que ocorria no campo social, onde nenhum segmento mostrava-se capaz de exercer hegemonia, no futebol também se viviam tempos de transição. Defensores do amadorismo e do profissionalismo disputavam a prerrogativa de organizar o futebol brasileiro, mas sem que ambos conseguissem superar as rivalidades regionais. (HILÁRIO JÚNIOR, 2006, p. 77)

Cisões internas da entidade paulista de futebol levaram à criação da Associação Paulista dos Esportes (APEA), em 1913, e a aproximação desta com a Liga carioca. São estas duas entidades que promovem a fundação da Federação Brasileira de Esportes (FBE), com as atribuições de organizar eventos esportivos nacionais e internacionais, de maneira que “desde sua gênese institucional a preocupação com o universo esportivo se aproximava da defesa de interesses nacionais, da promoção social do povo e da construção da identidade nacional” (SARMENTO, 2006, p. 7).

Em contrapartida à LPF, com o incentivo da FIFA (Fédération Internationale de Football Association) e o apoio dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul cria-se a Federação Brasileira de Futebol (FBF). A FIFA, em resposta ao litígio entre a FBE e a FBF, determinou a necessidade do fim dos conflitos entre as duas instituições e, para resolução da questão, é proposta a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1914.

No entanto, é preciso ressaltar que os primeiros campeonatos previam manter o poder das Ligas, de forma que Mascarenhas (2014) destaca que os certames disputados nas primeiras décadas do século XX reuniam clubes de uma única cidade, embora fossem nomeados como campeonatos estaduais.

Nos anos 1920, a maioria dos estados já possuía um campeonato de futebol, mas quase sempre concentrado na capital estadual. O que podemos chamar de processo de ‘estadualização’ dos certames, isto é, sua expansão para o conjunto do território estadual, será lento e gradual e com grande variação entre as unidades da Federação. (MASCARENHAS, 2014, p. 147).

Mascarenhas (2014) ainda ressalta que a estrutura segregada dos campeonatos de acordo com os interesses de poder das Ligas reforçou a lentidão do processo brasileiro de integração nacional e determinou o desenvolvimento dos campeonatos entre cidades e regiões.

Contudo, é possível observar historicamente uma série de tentativas de criação de campeonatos e competições futebolísticas de abrangência nacional. O primeiro torneio fundado nesse princípio reunia

seleções estaduais, perdurando entre 1923 e 1962⁴. Apesar do fim das discordâncias regionais, marcadas pelas posições da FBE e FBF, a falta de integração nacional para o esporte era justificada pelas dimensões territoriais do país e pela carência de uma competição nacional.

Assim, este artigo visa identificar a relação entre o Campeonato Brasileiro de Clubes, criado em 1971, e a lógica da integração nacional e interiorização do território. Para tanto, utilizar-se-á como base as principais ideias desenvolvidas pela geopolítica no Brasil, isto é, articular-se-á o futebol às propostas de unidade nacional por meio da leitura de obras de autores que tratam do tema da integração, de discursos políticos e de recortes da imprensa esportiva. A hipótese apresentada é a de que há uma mudança fundamental no entendimento sobre a capacidade integradora do futebol. Antes da criação do Campeonato Brasileiro de Clubes, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, o esporte bretão é compreendido como um meio de integrar socialmente e culturalmente a sociedade brasileira através da sobrevalorização da raça.⁵

Na década de 1970 a organização de uma competição nacional com equipes participantes de todas as regiões do país e o investimento em equipamentos esportivos, notadamente estádios, potencializaram o papel do futebol. O esporte passa a ser vislumbrado como um promotor da identidade brasileira e como um elemento integrador dos estados representados pelos clubes participantes do certame. Logo, é possível afirmar que o Campeonato Brasileiro de Clubes de 1971 foi resultante também de uma concepção moderna do futebol em que as necessidades locais são substituídas por anseios nacionais.

Além disso, a trajetória histórica do Campeonato Brasileiro de Clubes em sua primeira década de existência revela ineficiências que corroboram para a ascensão de discursos em prol de um futebol técnico e financeiro ao final dos anos de 1970.

⁴ Esse campeonato não contou com representantes de todos os estados por questões financeiras e pela insípida divulgação do futebol em algumas regiões. Entre 1950 e 1962 essa competição, esse torneio, foi bienal.

⁵ Até as primeiras décadas do século XX o Brasil era um território desigualmente ocupado, apresentando quase que exclusivamente ao longo da costa formações socio-espaciais regionais. (MaMIGONIAN, Armen. Estudos de geografia econômica e história do pensamento geográfico. Tese (livre docência). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Para uma análise apurada das desintegrações territoriais do Brasil ver: RANGEL, Ignácio. Características e perspectivas da integração das economias regionais. Rio de Janeiro, BNDES, 1968.

Para compreender a importância do Campeonato Brasileiro de 1971 como um instrumento de integração nacional, faz-se necessário visualizar as relações entre futebol e estratégias geopolíticas iniciadas nos anos de 1920. Assim, este texto divide-se em duas partes principais, sendo que a primeira identifica as propostas de integração nacional das décadas de 1920 e 1930, atreladas às políticas para o futebol no Brasil, e a segunda discute a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes na conjuntura do regime civil-militar e a decadência desse modelo estratégico de integração e interiorização de territórios.

Geopolítica e futebol: primeiras trocas de passes

Inicialmente, é importante destacar que a geopolítica no Brasil foi tema de interesse de geógrafos, historiadores e militares. É possível identificar uma primeira geração de geopolíticos entre as décadas de 1920 e 1930, preocupados em discutir a inserção política e econômica do Brasil na América do Sul. Para Costa (2010), a geopolítica desse período tratava da elaboração de teorias e projetos relacionados aos estados e suas estratégias para os territórios.

O geógrafo, historiador, engenheiro, geólogo e político Everardo Backheuser publicou as obras *A estrutura política do Brasil: notas prévias*, em 1926, e os trabalhos *Problemas do Brasil e Estrutura Geopolítica*, em 1933. Ainda segundo Costa Freitas (2004), à respeito da geopolítica, é Everardo Backheuser o “primeiro que começou a sistematizar informações e deu corpo para que esta disciplina se desenvolvesse em território nacional.” (COSTA FREITAS, 2004, p. 13-14). Já para Miyamoto (1981) as considerações deste estudioso situaram-se entre teorias sobre a geopolítica e a geografia política, o significado da mudança da capital federal e os problemas da divisão territorial. Os escritos de Backheuser foram muito relevantes na difusão da geopolítica ao influenciar outros estudiosos dessa geração, como o coronel Mário Travassos.

A principal obra de Travassos foi *Projeção Continental do Brasil*, na qual ele defende a interiorização política, demográfica e econômica do país. Além disso, o militar também contribuiu com a geopolítica, ao formular a teoria de que o território brasileiro era misto, considerando os aspectos geográficos

particulares. As ideias de Travassos são consideradas importantes para as políticas adotadas durante o Governo Vargas. Já o general Carlos de Meira Mattos, importante geopolítico brasileiro de meados da década de 1920, destacou a respeito de Travassos que:

[...] suas análises e formulações geopolíticas dominaram a mente de intelectuais patriotas e dos oficiais formados pelas Escolas de Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica até a década de 50. Suas ideias coincidiram com os propósitos políticos de fortalecimento do Estado brasileiro oriundas dos revolucionários de 1930. (ESG, 2007, p. 61-63).

É, pois, nesse sentido que é possível afirmar que os governos de Getúlio Vargas absorveram os principais ideais da geopolítica do período relacionadas à necessidade de integração política e territorial, além de utilizar-se de duas ferramentas importantes para a integração social: o rádio e o futebol.

Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) articularam políticas para o desenvolvimento nacional e apresentaram preocupações com a ampliação da economia e a integração do território brasileiro⁶.

Ressalta-se que o Governo Vargas, influenciado pela conjuntura internacional dos regimes totalitários, absorveu ideais nacionalistas fortes, traduzidos nas medidas tomadas em prol da segurança nacional e da integração do território brasileiro. A ascensão da burguesia industrial e a busca pela modernização do Brasil também eram premissas do Governo varguista, para o qual:

[...] outros elementos como a literatura, o cinema e o teatro, as artes plásticas, as comemorações e manifestações cívicas, assim como o esporte, também poderiam ser mobilizados como mediadores das mensagens e das emoções a serem difundidas pela propaganda oficial. (DRUMOND, 2014, p. 46-47).

⁶ Getúlio Vargas provocou uma reestruturação na organização territorial do país. As ilhas econômicas existentes até 1930, voltadas para fora da economia nacional foram articuladas em um único espaço nacional, através da dissolução das fronteiras interestaduais, o que significou uma unificação econômica. Ver em: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

A propaganda varguista foi amplamente favorecida pela difusão do rádio, principalmente na década de 1930, o que contribuiu também para a promoção do futebol no interior do país e para a transmissão dos discursos políticos do presidente Vargas. Assim, o governo de Getúlio Vargas propunha agregar o futebol à ideologia do Estado como ferramenta disciplinadora, e também prezava pela valorização das características mestiças dos brasileiros por meio do esporte entendendo o futebol como um potencial integrador social.

Para Mário Filho, o futebol correspondia a uma instituição nacional e “entre os meios mais recentes [...] de ascensão social do negro ou do mulato ou do cafuzo no Brasil, nenhum excede, em importância ao futebol” (FILHO, 1964, p. 1).

Visando divulgar e promover o futebol entre diferentes classes sociais, possibilitando o seu uso como um integrador social e cultural, o Governo Vargas promoveu a profissionalização do futebol nacional. A esse respeito, Mazzoni salienta que:

[...] com essa nova realização do seu governo, o Brasil se orgulhará de ser a primeira nação da América do Sul a dar ao esporte uma função oficial, marcando nesse terreno um avanço extraordinário sobre os demais países do continente.[...] Hierarquia, disciplina, ordem, idealismo, responsabilidade e competência, eis o que deve garantir a oficialização para o esporte nacional! [...] Daremos vida nova, sã e patriótica ao nosso esporte, porque assim se colocava verdadeiramente a serviço da nacionalidade, com todas as suas virtudes e idealismos! (MAZZONI, 1941, p. 16-18).

Dessa forma, o futebol tomou outro significado para muitos atletas desejosos de ascensão social e econômica, já que a profissão de jogador de futebol estava inserida na legislação trabalhista. Este foi o caso do carioca Domingos Antônio da Guia, um tecelão da Companhia Progresso Industrial do Brasil de Bangu (RJ), que iniciou sua carreira como jogador no time B da fábrica em 1929, e que posteriormente foi atleta dos clubes Vasco da Gama, Nacional, Boca Juniors, Flamengo, Corinthians e Bangu.

Também em 1933 é criada a Taça Rio-São Paulo, que antecedeu o Campeonato Brasileiro e tinha como objetivo escolher um representante brasileiro para a disputa da Taça Libertadores da América. As críticas feitas à Taça Rio-São Paulo referem-se às restrições impostas na escolha do representante brasileiro para a competição continental, que irremediavelmente era do eixo Rio-São Paulo. A CBD posicionou-se contrária à competição e passou a formular um campeonato nacional. Os desafios para as pretensões da CBD eram as dimensões continentais do Brasil, o calendário dos clubes que privilegiavam as competições estaduais, as excursões nacionais e a falta de recursos financeiros da CBD.

Essas transformações do futebol no Brasil revelam que o governo Vargas apropriou-se de elementos culturais, como o futebol, na promoção de ideais nacionalistas e também articulou medidas para o desenvolvimento econômico e integração do território⁷. Em discurso proferido em 1944, em referência a criação dos territórios nacionais⁸, Vargas destaca o avanço do Brasil na formação de uma unidade pela língua, pela religião e pela cultura, enquanto que economicamente o país apresentava a imagem de um arquipélago com zonas industrializadas e demograficamente densas, e outras áreas de economias rudimentares pouco ocupadas⁹. (Vargas, 1944, p. 269).

Observa-se que os esforços pela integração nacional foram constantes durante o Governo Vargas, tanto do ponto de vista cultural, via utilização do futebol, como também por meio de medidas em prol da ocupação do território nacional. A preocupação com o esporte no governo de Vargas estava envolvida com os propósitos de formar uma identidade nacional, integrar o território por meio de competições esportivas, acabar com as cisões entre as ligas estaduais e profissionalizar a prática no Brasil.

⁷ Em 1938 destaca-se a “Marcha para o Oeste” com o objetivo de ocupar territórios vazios do Oeste e da Amazônia. Ver em: VILLA BOAS, Orlando. A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu- Orlando Villas Boas, Claudio Villas Boas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁸ Ainda no início dos anos de 1930, a Comissão Nacional de Redivisão Territorial, presidida por Everaldo Backheuser, sugeriu a criação de territórios nacionais com os objetivos de ocupação e defesa do território. Em 1942, é estabelecido o território federal de Fernando de Noronha e, em 1943, são criados os territórios nacionais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu. Os dois últimos tiveram curta duração, sendo extintos pela Constituição de 1946.

⁹ Em discurso, o presidente Vargas ressaltou que a escassa ocupação das fronteiras brasileiras era uma antiga preocupação nacional de aspiração política, norteadas principalmente pelos militares. (Vargas, 1944, p. 270).

Ainda sobre o futebol, Mascarenhas (2014) destaca que o Estado Novo foi o primeiro a perceber a capacidade do futebol de mobilizar as massas e um pioneiro na tomada de decisões para organização da prática. Medidas importantes para a regulamentação dos clubes de futebol e das federações foram a padronização das atribuições da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1941. Estes órgãos que previam ordenar o futebol no Brasil permaneceram com seus estatutos praticamente inalterados até o regime civil-militar imposto em 1964.

As conclusões breves sobre a geopolítica e o futebol entre as décadas de 1920 e 1930 revelam que o Governo Vargas absorveu concepções formuladas no período que revelavam preocupações com a integração política, econômica e demográfica, além de transformar o esporte bretão em um integrador social e promotor de uma identidade nacional. Assim, enquanto havia por um lado preocupação com a ocupação das fronteiras e dos territórios vazios do Oeste e da Amazônia, por outro o futebol aproximava brasileiros na medida em que se popularizava, que novos clubes eram formados, novos craques revelados e diferentes competições criadas.

Geopolítica e integração via futebol: as décadas de 1960 e 1970

O mundial de 1950 assistiu um Brasil em processo de industrialização com substituição de importações, êxodo rural e projetos nacionais. A IX Copa do Mundo de futebol sediada no Brasil contou com os estádios Pacaembu (São Paulo-SP), Durival Brito e Silva (Curitiba-PR), Eucaliptos (Porto Alegre-RS), Ilha do Retiro (Recife-Pernambuco), Independência (Belo Horizonte- Minas Gerais) e Maracanã (Rio de Janeiro- RJ). Sobre este evento esportivo destacam-se alguns aspectos: a exclusão das regiões Norte e Centro-Oeste das cidades-sede dos jogos, a não conclusão das obras do estádio Fonte Nova na Bahia e a concentração dos jogos nas cidades do eixo Rio-São Paulo. O mundial de 1950 concentrou-se espacialmente nas cidades sede do Sudeste que recebeu dezessete das vinte e duas partidas disputadas, revelando a incipiente integração nacional e a pouca capacidade de interiorização. Segundo Mascarenhas (2014) a partir de 1950 há uma reação ao localismo presente no

futebol perceptível através da organização de competições esportivas ao longo das décadas seguintes. Ou seja, um futebol concentrado em regiões deveria ser superado por um esporte capaz de abranger e aproximar os territórios nacionais.

As observações sobre as dificuldades de se realizar um mundial com as participações de cidades sede representantes de todas as regiões brasileiras foram importantes para a criação de competições esportivas posteriores, notadamente nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, pode-se afirmar que os discursos predominantes acerca do papel do futebol ainda concentravam-se sobre a preponderância da raça, como é possível vislumbrar em passagem da revista Placar referente à discurso de Getúlio Vargas no mundial de 1954 em que este afirmou que “[...] e não esqueçam que representam lá fora a habilidade, a força e a resistência de uma raça. Se perderem, quem perderá será o Brasil. Se vencerem, o Brasil será o vitorioso.” (Placar, 07 de maio de 1982, p. 42).

Esses ideais de valorização da raça brasileira presentes no discurso varguista marcaram a trajetória da relação entre política e futebol durante um longo período e foram acompanhados por novos pensadores da geopolítica preocupados com as projeções internacionais do Brasil.

Para Costa Freitas (2004), a geopolítica brasileira das décadas de 1960 e 1970, até meados dos anos de 1980, caracteriza-se de maneira geral pela presença de ideais de autoridade, defesa da civilização e projeção do Brasil como potência regional. Ainda em 1960, durante o governo Juscelino Kubitschek, foram realizadas as viagens das Caravanas da Integração Nacional que pretendiam comprovar a capacidade de integração brasileira, a unidade do território e o desenvolvimento das infraestruturas do país. Cerca de 287 expedicionários partiram de diferentes regiões do Brasil rumo a capital Brasília para promover a integração nacional a partir da exaltação das novas rodovias em construção como se observa em discurso o presidente JK

Trazidos por essas estradas novas, algumas ainda inacabadas, com os restos da selvagem virgindade de véspera, mas já servindo à unidade nacional, viestes cortando regiões as mais diferentes do nosso território, tangidos pelo mesmo espírito dos desbravadores de outrora. (KUBITSCHKEK, J. Biblioteca da Presidência da República, 1960, p. 55)

A preponderância dos discursos em prol da integração e ocupação das regiões brasileiras é visível também em novos pensadores da geopolítica. É o caso da geógrafa Bertha Becker, estudiosa da expansão da fronteira agropecuária brasileira nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, e que publicou obras como *Geopolítica da Amazônia*, em 1982, e *A Geografia e o resgate da geopolítica*, em 1988. A historiadora e geógrafa Therezinha de Castro também sobressaiu-se ao desenvolver temáticas sobre a Amazônia e a necessidade de ocupação do território brasileiro em trabalhos publicados entre 1960 e 1999, como *Atlas de Geopolítica do Brasil*, de 1981, e *Geopolítica: princípios, meios e fins*, de 1986.

As discussões sobre a Geopolítica no Brasil desenvolvia-se preocupada com as opções para ocupação do território nacional e o futebol continuava tomando contornos de política integracionista. A partir da Taça Rio-São Paulo e da necessidade de integração nacional via esporte, criou-se a Taça Brasil, em 1959, que reunia os campeões estaduais e alguns vice-campeões em duas chaves, a Norte-Nordeste e a Centro-Sul. Novamente, o princípio de integração nacional estava claro a partir da demonstração do intuito de unir clubes de diversas regiões do país. Uma particularidade desta competição é que os clubes do Rio de Janeiro e São Paulo apenas adentravam à competição nas semifinais, de forma que esses estados ainda eram privilegiados. O objetivo da Taça Brasil era diminuir custos e tornar a competição democrática, sendo que foi disputada até 1967.¹⁰

Em 1968 é formulado o Torneio Roberto Gomes Pedrosa¹¹, que levou ao esvaziamento da Taça Brasil e tornou-se o embrião do Campeonato Brasileiro de Clubes. A primeira edição do Roberto Gomes Pedrosa contou com quinze clubes, sendo cinco do Rio de Janeiro, cinco de São Paulo, dois de Minas Gerais, dois do Rio Grande do Sul e um do Paraná, excluindo clubes do Nordeste. Apenas em edições

¹⁰ A primeira edição da Taça Brasil de 1959 contou com o Esporte Clube Bahia como o finalista da chave Norte-Nordeste, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense foi o vencedor da chave Centro-Sul e, posteriormente, os clubes Santos Futebol Clube e o Club de Regatas Vasco da Gama foram incluídos pelo eixo Rio de Janeiro- São Paulo. O Esporte Clube Bahia foi o campeão da primeira edição da Taça Brasil.

¹¹ O nome original da competição era Taça de Prata, mas acabou adotando o título de Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Roberto Gomes Pedrosa foi goleiro da Seleção em 1934 e Presidente da Federação Paulista de Futebol. Em 1967, o campeão da competição foi a Sociedade Esportiva Palmeiras, em 1968 o vencedor foi o Santos Futebol Clube, em 1969 novamente a Sociedade Esportiva Palmeiras e em 1970 o Fluminense Football Club.

posteriores é que equipes do Nordeste foram incluídas na competição nacional. O Torneio Roberto Gomes Pedroso foi disputado por quatro anos e as equipes foram divididas em dois grupos que disputavam um turno único, em que todos os clubes disputavam partidas. Os dois primeiros colocados de cada chave disputavam jogos de ida e volta e a soma da pontuação definia o vencedor.

É importante ressaltar que o Brasil esteve sob um regime civil-militar entre 1964 e 1985 e que as políticas voltadas para o desenvolvimento nacional perpassaram pela preocupação com a integração do território nacional e a projeção do país como potência econômica. Segundo Santos (1987):

A eclosão do movimento militar em 1964 corresponde a um impasse gerado entre a vocação modernizadora, que o governo Kubitschek simboliza, e as reivindicações populares. Mas sobretudo responde aos imperativos da participação do Brasil no bloco atlântico da economia mundial. A necessidade de integrar ainda mais o país na Aliança Atlântica, integração tornada indispensável para a evolução desta última, estava a exigir importantes transformações institucionais dentro do Brasil [...]. (SANTOS, 1987, p. 103).

Do ponto de vista econômico, o Brasil durante o Governo Castello Branco, entre 1964 e 1966, optou por uma política monetária baseada no arrocho salarial, com a finalidade de controlar a crise econômica por meio das medidas dos ministros Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões.

Ainda para acelerar a recuperação econômica, foram criados o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que objetivava conter a inflação e reduzir as diferenças econômicas regionais, e o Plano de Habitação Nacional, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), que previa promover o financiamento da casa própria e fortalecer o setor da construção civil.

Em relação às medidas legais para manutenção do regime, foram criados uma série de atos institucionais, como o AI-2, de 1965, que extinguiu os partidos políticos atuantes, instituindo o bipartidarismo com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República. Já em 1966, o AI-3

estabeleceu eleições indiretas para os estados e o AI-4 garantiu as bases da Nova Constituição, que vigoraria a partir de 1967.

No Governo de Costa e Silva, o segundo presidente do regime civil-militar, a postura tecnocrata para a economia mudou, e as medidas imediatistas foram substituídas por objetivos que buscavam a expansão da liquidez e do crédito. Para Bresser Pereira (1984), a partir de 1967 observa-se um novo ciclo de expansão econômica que foi fundamental para o desenvolvimento nacional. Já em relação às concepções de integração nacional, destaca-se o pensamento e o papel de Golbery do Couto e Silva¹², que considera a geopolítica uma “fundamentação geográfica de linhas de ação política” e defendia que um:

[...] grande passo projetado no sentido de maior unidade continental e de um desenvolvimento econômico mais acelerado e coerente, exigia, sobretudo, para sua concretização, a base física de um sistema adequado de circulação em toda a América do Sul. O Brasil não se poderia retardar em cooperar, decididamente, na criação dessa base indispensável. (COUTO E SILVA, 1967, p. 135).

Segundo Vigevani e Júnior (2010), a maioria dos planos geopolíticos acerca da integração nacional, que foram elaborados a partir da década de 1960, discutiram a questão do controle físico do continente sul-americano na perspectiva da dominação das áreas vitais.

O futebol, enquanto instrumento político, novamente ganha visibilidade no terceiro governo militar do regime que perdurou de 1969 a 1974. A popularidade deste governo é trabalhada por meio de algumas hipóteses como, por exemplo, a ascensão de uma classe consumista decorrente do “milagre” econômico¹³, o controle dos meios de comunicação, as propostas de obras de porte e de integração nacional, materializadas na ponte Rio-Niterói e na estrada Transamazônica e, também, na conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970.

¹² Golbery do Couto e Silva foi fortemente influenciado pelas diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1943. As concepções da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional foram marcadas pelos pensamentos de Alberto Torres e Oliveira Viana, que preconizavam a necessidade de um Estado forte.

¹³ Em termos gerais, o “milagre” econômico, que perdurou entre 1968 e 1973, resultou no fortalecimento da indústria de bens de consumo duráveis, na formação de uma classe média consumista, no aumento da concentração de renda, na moderação das taxas de inflação e o no crescimento do PIB.

No governo Médici, o Programa de Metas e Bases de Ação para o período de 1970 a 1971 previu objetivos econômicos e sociais por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), para integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, e do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)¹⁴. Nota-se que os princípios de integração do território nacional permearam as práticas políticas do Governo Médici e estenderam-se para a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes.

Para Furtado (1978; 2000), o papel da integração nacional era fundamental para o desenvolvimento econômico, pois “constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento” de maneira que a integração seria uma “forma avançada de política de desenvolvimento”. (FURTADO, 2000, p. 331).

É, pois, neste sentido que o futebol tornou-se estrategicamente importante para a propaganda política e para legitimação do regime na década de 1970. Destacam-se, ainda, as presenças militares no comando das atividades futebolísticas em duas fases, a primeira em 1970, após a demissão de João Saldanha do cargo de técnico da Seleção, e a segunda, em 1974, depois do anúncio da abertura política brasileira¹⁵.

Entre as primeiras inclusões militares no comando das atividades futebolísticas em 1970 e a nomeação do Almirante Heleno Nunes para presidência da CBD, em 1975, destaca-se a formulação de um novo torneio, o Campeonato Brasileiro. A respeito da criação deste certame, em 1971, Mascarenhas (2014) ressalta:

¹⁴ Entretanto, as medidas mais efetivas do Governo Médici ocorreram com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para o período entre 1972 e 1974. O I PND objetivou o desenvolvimento nacional com foco nos estados do centro-sul e resultou em aceleração da industrialização, aumento das exportações, centralização do capital e acentuamento das desigualdades regionais.

¹⁵ João Saldanha havia sido escolhido como técnico da Seleção brasileira em 1969, com o objetivo de superar a repercussão negativa do desempenho nacional no mundial de 1966. Mas as relações entre Saldanha e o governo, resultantes de sua postura crítica e filiação partidária junto ao Partido Comunista, culminaram na sua demissão. A comissão técnica da Seleção foi reformulada e passou a integrar o major-brigadeiro Jerônimo Bastos, o major Ipiranga Guarany e os oficiais da Escola de Educação Física do Exército Raul Carlesso e Cláudio Coutinho. Já em 1974, verifica-se uma nova fase de militarização das atividades ligadas ao futebol brasileiro, com as nomeações do Almirante Heleno de Barros Nunes para presidência da CBD, do coronel Kléber Camerino, do tenente Osvaldo Costa Lobo e do major Carlos Cavalheiro para outros cargos de importância.

O que nos cabe frisar é a natureza autoritária do processo de formação de um certame nacional de futebol, conduzido com grande influência do Estado, em favor da política de ‘integração’, a despeito de uma configuração territorial pouco favorável e da concentração de poderio econômico e futebolístico em determinados centros. (MASCARENHAS, 2014, p. 156).

A formação de uma competição nacional de futebol foi fortemente influenciada pela conjuntura política da década de 1970. Cada edição do Campeonato Brasileiro acrescia clubes ao certame, a partir de interesses partidários, tornando o calendário futebolístico exaustivo e financeiramente prejudicial. Uma justificativa apontada para o inchamento da competição brasileira era a possibilidade da inclusão de clubes de portes pequenos e médios com reduzidos recursos financeiros. Contudo, para Sarmiento (2007), a ocasião de criação do Campeonato Nacional mostrava que:

De um lado, o regime poderia beneficiar-se da capilaridade da rede desportiva estabelecida pela CBD para divulgar uma imagem favorável e compensar algumas tensões existentes. De outro, o encontro de times do interior com as poderosas equipes do Sudeste poderia criar um sentimento positivo nas populações locais e assim permitir o uso eficaz de ferramentas políticas nessas regiões. Isso explica o argumento várias vezes reiterado de que o novo torneio propiciaria a integração nacional por intermédio do futebol. (SARMENTO, 2006, p. 132).

O tricampeonato mundial de futebol, conquistado pela Seleção brasileira, havia mobilizado a CBD à realizar melhorias no esporte nacional. Dentre as motivações para formulação de um certame nacional, pode-se citar a necessidade de João Havelange em angariar apoio das federações brasileiras para sua candidatura à FIFA, e as expectativas das federações estaduais de fortalecer sua presença política no futebol, como o caso do coronel José Guilherme, da federação mineira, e dos generais Oldenor Maior, da Federação do Ceará, e Rubem Moreira, da Federação Pernambucana.¹⁶

O Campeonato criado em 1971 foi dividido em Série Especial e Divisão de Acesso, de maneira que as competições estaduais permaneceram prioritárias por conta de pressões das federações. Ainda cabe

¹⁶ A CBD também teve que atender às reclamações da federação do Rio Grande do Sul, incluindo nas edições seguintes do certame nacional mais clubes do estado sulista.

ressaltar que, para Guterman (2010), a formalização da integração nacional deu-se via futebol, pois este projeto estava sendo construído desde a década de 1930 pelo regime varguista.

Apesar da proposta de integração nacional a primeira edição do Campeonato Brasileiro excluiu clubes de alguns estados que manifestaram descontentamento. Foi o caso dos clubes de Goiás que organizaram uma competição paralela ao certame nacional nomeada de Torneio de Integração Nacional. A revista esportiva *Placar* tratou do assunto

Os times de Goiás não entraram no Campeonato Nacional. O pessoal por aqui reclamou, mas ficou por isso mesmo. Deram aquela de ‘mais vale acender do que brandar’ e inventaram outro torneio- o Torneio de Integração Nacional- para ser jogado mais ou menos ao mesmo tempo que o CN. (JÚNIOR, L. 1971, p. 21)

É interessante notar que o ideal de integrar e interiorizar o Brasil via futebol estava arraigado de maneira a influenciar a iniciativa particular dos clubes goianos. Provavelmente esta condição explique o apoio concedido pela CBD ao Torneio da Integração Nacional o que levou Baltasar de Castro (Federação Goiana de Futebol) a convidar clubes dos estados do Pará, Amazonas, Ceará, Guanabara, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do sul e Pernambuco, além das principais equipes de Goiás¹⁷.

Nota-se que tanto o Torneio da Integração Nacional, disputado em 1971, como o Campeonato Brasileiro de Clubes realizado a partir deste mesmo ano estavam pautados nos ideais de integração e interiorização do território nacional.

Posteriormente, em 1973, o chefe da delegação brasileira, Antônio do Passo, explicou o aumento dos clubes participantes no Campeonato Brasileiro para 37 equipes, por conta do “desejo de participação, manifestado pela maioria dos clubes brasileiros, e o propósito de integração nacional, objetivo maior da competição [...]”. (PASSO, 1973, p. 18).

¹⁷ O Torneio da Integração Nacional disputado em 1971 contou com 16 equipes participantes e teve como campeão o Atlético Clube Goianiense.

Esse quadro agravou-se na gestão do Almirante Heleno Nunes, e culminou na popularização da fórmula “Onde a ARENA vai mal, um time no Nacional”, uma alusão aos convites e acordos políticos realizados à cada edição do certame. Ainda assim, é importante destacar que o poder dos clubes concentrava-se nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que dispunham de recursos financeiros para arcar com as despesas necessárias para o deslocamento das equipes pelo país.

É importante destacar que se o Campeonato Brasileiro de Clubes serviu à propósitos de integração e interiorização nacional, foram necessárias expansões de infraestruturas, como equipamentos esportivos, e também subsídios governamentais. Durante o regime civil-militar o Brasil viveu um boom na construção de estádios de futebol como o estádio Governador Magalhães Pinto (MG) em 1965, o estádio Beira-Rio (RS) inaugurado em 1969, o estádio Estadual Lourival Baptista (SE) em 1969, o estádio Vivaldão em 1970 (AM), o estádio Otávio Mangabeira conhecido como Fonte Nova (BA) e o estádio Universitário Pedro Pedrossian (MT) em 1971, entre outros exemplos. Estes equipamentos urbanos contribuíram para a difusão do futebol, popularização dos clubes e das competições esportivas, sobretudo, o Campeonato Brasileiro de Clubes.

Dessa forma, entre 1975 e 1976, o Campeonato Brasileiro teve um acréscimo de doze clubes ao certame e, entre 1977 e 1978, outras doze equipes passaram a disputar o título nacional. As principais críticas ao modelo integracionista do Campeonato Brasileiro de Clubes culminaram em inúmeras discussões sobre reformulações para a competição. Nesse sentido o debate entre o Almirante Heleno Nunes, da CBD, e seis dirigentes de clubes brasileiros reunidos na redação da revista Placar em 1978 evidencia o desgaste de uma política esportiva de integração nacional. O debate sobre a reorganização do certame nacional foi pautado em três princípios: a necessidade de um calendário organizado previamente pela CBD com participações dos clubes e federações, a diminuição das taxas cobradas pela CBD e pelas federações e a organização do Campeonato Brasileiro por critérios financeiros e técnicos. (Placar, 01 de setembro de 1978, p. 24). Mário Braga, dirigente do Flamengo posicionou-se à respeito do entendimento dos clubes à respeito das políticas adotadas para o futebol

Parece-me que, até hoje, o critério de administração de Heleno Nunes foi o da interiorização e integração nacional, através do futebol. [...] Agora, me parece que a CBD já terá alcançado seu objetivo. Evidentemente que essa integração e essa interiorização se fizeram com o sacrifício dos grandes clubes. (BRAGA, Mário, Placar, 01 de setembro de 1978, p. 30)

Claramente observa-se a falência de um modelo de gestão do esporte voltada para a integração e interiorização nacional à custa da qualidade do certame brasileiro e da capacidade financeira das equipes.

Já em 1979, com a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o certame brasileiro, que contou naquele ano com 94 clubes que disputaram 583 partidas, encerrou um ciclo em que as competições eram desorganizadas e financeiramente insustentáveis.

Com a nova gestão do futebol, praticada pela CBF, o Campeonato Brasileiro foi remodelado com algumas dificuldades. Em 1980, a Taça de Prata, disputada entre fevereiro e maio, contou com 64 clubes, enquanto que a Taça de Ouro, pleiteada entre fevereiro e junho, contabilizou 40 equipes. Já a competição nacional de 1981 e 1982 reduziu o número de participantes para 44 clubes, tornando mais democráticas e possíveis as condições dos jogos.

A trajetória do Campeonato Brasileiro entre 1971 e 1979, como plataforma política e como meio de cumprir com os princípios de integração nacional, foi ressaltada criticamente pela imprensa esportiva:

Vale, porém, lembrar que a instalação de uma administração claramente voltada para os serviços político-partidários deu-se com o golpe que levou Heleno Nunes à presidência da então CBD, em meados dos anos 70. Imposta de cima para baixo, contra até mesmo a vontade da Havelange, Heleno Nunes lançou o fatal slogan: Integração Nacional. Essas duas pomposas palavrinhas conduziram nosso futebol a um impasse no final da década. Claro, pois em nome da chamada integração nacional, o Campeonato Brasileiro transformou-se num mostrengo que afugentou o público dos estádios, levou os clubes à beira da falência e empalideceu à morte a imagem do futebol brasileiro no exterior. (HELENA JR., 1982, p. 14).

O discurso midiático revela a interpretação realizada sobre as consequências de uso do Campeonato Brasileiro de Clubes como ferramenta de integração nacional, destacando a depreciação da qualidade do certame.

A partir da criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 1979, com forte viés sobre a transformação da competição de clubes no país, é possível vislumbrar mudanças importantes que reduziram o número de equipes nas edições e contribuíram para a qualidade do esporte. Com a nova administração sobre o futebol a prática voltou-se para objetivos de modernização e adequação ao mercado internacional europeu que já apresentava características comerciais definidas na gerência de seus clubes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol passou por processos históricos diversos desde a sua introdução no país, popularização da prática e tentativas de apropriação político-estratégicas. Ainda durante o Governo Vargas, observam-se as primeiras medidas legais que suscitaram a profissionalização da prática e a criação de instituições reguladoras do esporte nacional. Também neste período destacam-se geopolíticos, entre geógrafos e militares, que trataram da necessidade de ocupação e integração do território. As aproximações entre ideais geopolíticos e o futebol nas décadas de 1920 e 1930 revelam-se na preocupação dos primeiros com a integração política, econômica e demográfica e no entendimento do segundo como um unificador social e elemento de identidade nacional.

A projeção do Brasil como uma potência política e econômica perpassou por planos importantes, como os de integração nacional. Historicamente, a questão da unidade brasileira foi posta como condição básica para o desenvolvimento do país, como se observou nos discursos de Golbery do Couto e Silva, influenciado diretamente pelas diretrizes da ESG.

Durante o regime civil-militar, imposto após 1964, articularam-se inúmeras medidas para integração nacional por meio de planos econômicos, como o Plano de Integração Nacional (PIN) e, também, por

meio do uso de artifícios agregadores, como o futebol. A capacidade de mobilização do futebol foi interpretada como um catalizador para as propostas de integração nacional via Campeonato Brasileiro de Clubes, de forma que o certame serviu a esse propósito na década de 1970.

A competição nacional, que contou com 37 equipes em 1973 e 94 clubes em 1979, também foi apropriada como plataforma política, notadamente por meio da gestão do Almirante Heleno Nunes na CBD. O aumento do número de participantes pode ser interpretado como o resultado de acordos e convites políticos que pretendiam, por meio do esporte bretão, favorecer o partido do governo, a ARENA. Somente com a criação da CBF há o fim da inclusão sem critérios de clubes ao Campeonato Brasileiro, de forma que foram adotados padrões como a delimitação de equipes participantes por série e o sistema de acesso e decesso.

Muitas mudanças foram operadas no âmbito da gestão desportiva e no formato do Campeonato Brasileiro de Clubes, entretanto, é preciso ressaltar a permanência da concentração de poder econômico entre os clubes do eixo Sul-Sudeste. Esse quadro revela que a inclusão de equipes durante a década de 1970 apenas serviu a propósitos políticos e não legou ao futebol brasileiro mudanças no sentido de permitir a integração de clubes de pequeno ou médio porte ao certame nacional.

Observa-se que, depois do regime civil-militar, há uma renovação pelo interesse na geopolítica, por meio dos trabalhos de William Vesentini e Wanderley Messias da Costa. Esta nova geração de estudiosos sobre o assunto focavam nos estudos regionais, nos conflitos de fronteiras e nos interesses em recursos naturais. É nesse sentido que Becker (1998) ressalta a importância do resgate histórico acerca da geopolítica no Brasil diante de uma insuficiência dos estudos sobre o tema.

Sendo assim, neste artigo buscou-se apresentar alguns ideais propostos por diferentes gerações de geopolíticos brasileiros e as ligações das propostas de integração nacional com o futebol brasileiro, particularmente no caso da criação do Campeonato Brasileiro de Clubes em 1971. Foi possível observar que o ideal de integração nacional acompanhou historicamente o futebol desde a sua popularização até a criação do Campeonato Brasileiro de Clubes. A década de 1970 representou a

concretização do modelo integracionista e a decadência do mesmo substituído por perspectivas de um futebol moderno, sobretudo em aspectos técnicos e financeiros, no bojo da abertura civil-militar.

REFERÊNCIAS

- BACKHEUSER, Everardo. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.
- BECKER, Bertha. **Manual do Candidato**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- CAPELLO, Guilherme Henrique. **Em encontro (histórico) entre o rádio e futebol na constituição cultural brasileira**. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Unicentro, Guarapuava, PR, 2011; ORTRIWANO, Gisela Swetçana. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. Revista USP. N. 56, p. 66-85, dez-fev. 2002-2003.
- CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- COSTA FREITAS, Jorge Manoel. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- _____. **Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.
- DRUMOND, Maurício. **Estado Novo e esporte: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 2007.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.
- _____. **Teoria e política de desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2010.
- HELENA JR., Alberto. Seção Bola de Papel, a luta pelo trono já começou. In: **Revista Placar**, n. 640, p. 14, 27 ago. 1982.
- KUBITSCHKEK, J. In: **Biblioteca da Presidência da República**, 1960. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1960/05.pdf/view>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

- MALAIÁ, João. Placar: 1970. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de geografia econômica e história do pensamento geográfico**. Tese (tese de Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- MASCARENHAS, Gilmar. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul**. 2001. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.
- _____. Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão do futebol. In: **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Universidade de Barcelona, n. 69, 1 ago. 2000.
- _____. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- MAZZONI, Thomaz. **O esporte a serviço da pátria**. São Paulo: Olympicus, 1941.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **The geopolitical studies in Brazil: a contribution to their evolution**. *Perspectivas*: São Paulo, 4:75-92, 1981.
- PASSO, Antônio do. A nota oficial. In: **Revista Placar**, n. 168, p. 18, 1 jun. 1973.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese e da geografia moderna**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1993.
- RANGEL, Ignácio. **Características e perspectivas da integração das economias regionais**. Rio de Janeiro, BNDES, 1968.
- RODRIGUES FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. São Paulo Civilização Brasileira, 1964.
- SANTOS, João M. C. Malaia. Campeonato Brasileiro de Seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932). In: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 6, n. 10, jan-jun.2010.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. Pensamento brasileiro e integração regional. In: **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, jul./dez. 2010.
- VILLA BOAS, Orlando. **A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu - Orlando Villas Boas, Claudio Villas Boas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.